

Ações político-culturais de incentivo à produção historiográfica piauiense na década de 1970

Iara Conceição Guerra de Miranda Moura *

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar as medidas político - culturais no que diz respeito á produção historiográfica no Estado do Piauí, da década de 1970, período marcado pelo predomínio do regime civil-militar brasileiro (1964-1984), tendo em vista as relações de poder existentes entre intelectuais, mais especificamente, os historiadores, e os governantes políticos, bem como, o tipo de produção desenvolvida á partir dessa relação. Procuro entender assim, como se efetivava essa relação, qual era sua característica, e quais eram as pretensões político - culturais que os governantes e os intelectuais almejavam com essa aproximação.

Palavras-Chave: Historiografia. Poder. Cultura.

Abstract: This paper aims to analyze the political measures - cultural as regards historiographic production in the State of Piauí, in the 1970s, a period marked by the predominance of Brazilian civil-military regime (1964-1984) in order power relations between intellectuals, more specifically, the historians, and political leaders as well as the type of production will be developed from this relationship. Wanted believes so, as this effect relationship, which was his characteristic, and what were the political demands - that the cultural leaders and intellectuals aim with this approach.

Keywords: Historiography. Power. Culture.

Falar em anos 1970 no Brasil é falar em crescimento e/ou desenvolvimento econômico, o qual ficou conhecido popularmente, como “milagre econômico”, por ter apresentado dentre outras características, elevadas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), subindo de 2,9% em 1964, início do momento político brasileiro denominado de ditadura civil-militar, para 14,0% em 1973, justificativa para que alguns cientistas políticos descrevessem esse período como “autoritarismo modernizante”.

Durante essa década, a população urbana piauiense também sofreu um significativo aumento, passando de 15% em 1950 para 32% em 1970, resultado do contínuo processo de urbanização e industrialização que estava ocorrendo em todo o país. É interessante ressaltar que estes 32% da população urbana do Estado ficou concentrada basicamente nos quatro maiores núcleos urbanos do Piauí: Teresina, Parnaíba, Floriano e Picos.

Esse fato da migração rural/urbana pode ser explicado pelo fraco dinamismo das atividades extrativistas (babaçu, carnaúba e maniçoba) e agro-pecuárias em detrimento do

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bolsista da CAPES, sob a orientação da prof. Dr. Teresinha Queiroz.

crescimento do setor terciário (prestação de serviços), que na década de 1970 detinha quase 60% da renda do Estado. Além disso, não podemos esquecer que as cidades em via de desenvolvimento exercem um enorme fascínio no imaginário da população rural, que passa a vê-las como uma oportunidade de melhoria de vida. Nesta perspectiva, viver em cidade tornava-se sinônimo de civilização, ordem, disciplina, cidadania e até de riqueza, onde seus habitantes tinham acesso aos signos do progresso, como energia, transportes, educação, bens industrializados, etc. Segundo Martins:

[...] o aumento dos transportes pelo sistema viário recém implantado, o rádio de pilha e mesmo a televisão, que já chegara às praças das menores e mais distantes cidades, provocam uma invasão do mundo rural pelos valores da sociedade urbana, difundindo padrões simbólicos que transformam as aspirações de vida para a população do campo e operam no sentido de acentuar a migração rural-urbana. Essas novas aspirações não se coadunam mais com o modo de vida tradicional, com a rigidez da estrutura de propriedade e com os mecanismos de exploração a que estão sujeitas. O mito da superioridade da vida urbana que se cria através dos veículos de comunicação faz do emigrar um símbolo de ascensão social, em nível de escala de valores locais. (MARTINS, 2003, p. 198).

A própria escolha do chefe do Executivo estadual (Alberto Tavares Silva)¹ pelo então Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), gerou uma mudança favorável no quadro da política oligárquica local, pois “Acreditava-se que ele veio para moralizar os costumes da politicagem baixa, desenfreada, corrupta e rasteira que existia em nosso estado”. (MONTE, 2007, p. 59)

Eleito para o mandato (1971/1974) o governador Alberto Silva tinha como meta principal elevar a auto-estima dos piauienses, fazendo de Teresina uma referência de cidade planejada, moderna e civilizada. Daí a freqüente preocupação com a estética da cidade e com a opinião pública, destacadamente, com a imprensa do Sul do país, conhecida por ridicularizar a situação de pobreza existente no estado do Piauí.

Tendo em vista estas questões, Teresina foi transformada, literalmente, num “canteiro de obras”. Dentre as obras que merecem destaque, levadas á efeito na capital piauiense pelo governador Alberto Silva, estão: a reforma do Hotel Piauí, do Palácio de Karnak (sede do governo), da Avenida Frei Serafim, com a implantação de cinco fontes climatizadas e de pedras portuguesas nas calçadas, da construção do estádio de futebol “Albertão”, de dezesseis

¹ Nasceu na cidade de Parnaíba-PI, em 10/11/1918. cursou Engenharia em Itajubá, Minas Gerais, com especialização em Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica, professor, prefeito de sua cidade natal por duas vezes, deputado estadual, governador do Estado do Piauí também por duas vezes, a primeira no mandato de 1971/1974 e a segunda em 1987/1990, sendo o primeiro governador piauiense eleito por via direta após o regime militar, senador da República, diretor da Estrada de Ferro Central do Piauí. Pertence á Academia Piauiense de Letras, cadeira nº 1 e á Academia Parnaibana de Letras. Livros publicados: *Alguns livros piauienses, Três momentos culturais e Minha luta por um Piauí melhor.*

avenidas em sua malha urbana, do Terminal Rodoviário, na zona Sul, da sede da CEPISA (Companhia Energética do Piauí S/A), e da Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI). Estas obras, por sua vez, estavam ligadas não apenas ao embelezamento da capital piauiense, mas á sua transformação em uma cidade curada dos males da miséria, que pudesse representar o cartão de visita do Estado do Piauí.

Porém, para construir uma nova configuração do Estado, o governador Alberto Silva precisava muito mais do que levantar alicerces na malha urbana da cidade, pois a chave encontrava-se fundamentalmente, na revigoração da identidade local do povo, sendo assim “indispensável inculcar na comunidade piauiense o sentido do otimismo e das grandes certezas, pois sem aspirações coletivas não há desenvolvimento”, (PIAUI, 1971, p. 2) e no engajamento de intelectuais da região, mais especificamente de historiadores, para escreverem uma história piauiense.

Entendemos assim, que no interior de toda cidade existe uma cidade letrada, isto é, múltiplos educadores, escritores, historiadores, sociólogos, literatos e jornalistas, responsáveis pela transmissão do saber, e que conseqüentemente, detêm o poder intelectual. Estes seriam segundo Sandra Jatahy Pesavento, os “leitores especiais da cidade”, que a interpretam e a ordenam simbolicamente. Tendo em vista esta questão, o governador Alberto Silva afirmou que:

Não me passou despercebida a necessidade de apoiar e estimular as atividades dos intelectuais piauienses, prestigiando-os, pois importante é a missão que desempenham. Resolvi, por isto, assegurar sede, ainda que provisória á Academia Piauiense de Letras. Deliberei, também, nomear comissão para elaborar plano editorial a ser custeado pelo Estado, possibilitando, assim, a divulgação ampla de obras valiosas, de interesse do Piauí e elaboradas por autores piauienses, ou não, do passado e do presente. [Grifos nossos]. (PIAUI, 1971, p. 2).

Elevar a auto-estima dos piauienses significava antes de tudo que eles soubessem reconhecer suas potencialidades, sua cultura, sua história. Mas como seria possível acontecer isso, se a maioria absoluta da população era analfabeta? “Nesse sentido, é válido lembrar que, em Teresina, em 1970, 48,32% da população feminina e masculina não sabiam ler e escrever, enquanto que no Piauí o índice de analfabetismo era de 67,59%”. (CARDOSO, 2003, p. 75). A alternativa era convocar a intelectualidade local a trabalhar para isto, pois enquanto não se fizesse existir ou aflorar uma piauiensidade nas veias de seus homens e de suas mulheres “não se poderia dizer [que o nosso Estado] estava no seu lugar, [haja vista] que não havia discursos a indicar que lugar ocupava o Piauí [...]” (RABELO, 2008, p. 24).

Porém, ao analisarmos a documentação referente às ações político-culturais desse período histórico, compreendemos que o público-alvo não era a massa desempregada e analfabeta que compunha a maioria dos moradores de Teresina, muitos deles migrantes, que chegavam à cidade em busca de melhores condições de vida, “carregando na mala desejos como o da casa própria, da escola para os filhos, do hospital para curar as feridas provocadas pela fome, pela desnutrição, pelo desamor dos grandes proprietários rurais, que os expulsam da terra”. (CARVALHO, 2008, p. 11) Pelo contrário, o interesse dessas políticas culturais dizia respeito à mocidade intelectualizada do Piauí e de outros Estados, isto é a pequena elite escolarizável, que sabia ler e escrever, pois de acordo com Angel Rama:

A razão fundamental de sua supremacia se deveu ao paradoxo de que seus membros foram os únicos exercitantes da letra num meio desguarnecido de letras, os donos da escritura numa sociedade analfabeta [...]. Acima de tudo [...] Foi a distância entre a letra rígida e a fluida palavra falada, que fez da cidade letrada uma cidade escriturária, reservada a uma estrita minoria. (RAMA, 1985, p. 49-54).

Foi principalmente para essa classe social que o governador Alberto Silva criou em 17 de janeiro de 1972, pelo decreto nº 1416, a Comissão de elaboração do Plano Editorial do Estado, cuja finalidade era “conceber [...] a publicação de monografias sobre variado aspecto cultural, abrangendo literatura, letras históricas, folclore [...], com o objetivo de familiarizar a mocidade com a vida e a obra de nossos intelectuais vivos e mortos.” (PIAUI, 1972, p.7)

Esta comissão, presidida por Raimundo Wall Feraz (Secretário de Educação e Cultura) foi composta por representantes escolhidos a dedo pelo governador Alberto Silva nas principais entidades culturais do Estado, como a Academia Piauiense de Letras, o Conselho Estadual de Cultura, o Departamento Estadual de Cultura, a Companhia Editora do Piauí, a Assessoria de Imprensa do Palácio do Governo e a Fundação Universidade Federal do Piauí. Desta forma, os nomes escolhidos eram de extrema confiança do governo, os quais eram: Odilon Nunes, Noé Mendes, Deoclécio Dantas Ferreira, Armando Madeira Basto, Casimiro Távora Ramos Filho e Manoel Felício Pinto, cuja função primordial era “realizar o levantamento do acervo bibliográfico de autores piauienses, ou de obras relativas ao Piauí, selecionando, justificadamente, os que deverão ser incluídos no Plano Editorial do Estado do Piauí”. (DIÁRIO OFICIAL, 1972, p.2).

Quando se fala “selecionando justificadamente”, significa dizer que nem toda obra passava pelo crivo da comissão, haja vista que tinha que estar dentro do perfil das publicações autorizadas pelo Estado, isto é, dos livros que abordavam sobre os principais eventos históricos e literários ocorridos no Piauí, com a finalidade de identificar as raízes da

piauiensidade, construindo uma história idílica, patriótica, onde seus heróis teriam força para elevar a auto-estima de um povo guerreiro e destemido, a qual por sua vez, se encontrava fragilizada, cujos antepassados (indígenas, posseiros, vaqueiros, militares, padres, políticos e intelectuais) seriam a prova histórica de uma época gloriosa para o Piauí. De acordo com Michel de Certeau:

Esta instituição [social] se inscreve num complexo que lhe permite apenas um tipo de produção e lhe proíbe outros. Tal é a dupla função do lugar. Ele torna possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis; [...] representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise. Sem dúvida, esta combinação entre permissão e interdição é o ponto cego da pesquisa histórica e a razão pela qual ela não é compatível com qualquer coisa. (CERTEAU, 1999, p. 76-77).

Dentre os nomes apontados para a elaboração do Plano Editorial, estava um dos maiores historiadores do período, Odilon Nunes, que sem dúvida alguma se beneficiou bastante com esse projeto, cujo objetivo era segundo o governador Alberto Silva:

[...] dinamizar as atividades culturais do Estado, incentivando o desenvolvimento da ação criadora de nosso povo no campo da cultura, [ajudando a recuperar] o acervo bibliográfico de autores piauienses e de obras relativas ao Estado do Piauí [que estava] ameaçado de irreparável perda; e considerando que se faz mister maior estudo e preservação dos bens de valor cultural, por um imperativo de civismo e brasilidade. (DIÁRIO OFICIAL, 1972, p.2).

Percebemos assim, que o governo tinha plena consciência da importância cultural para o desenvolvimento da região, contribuindo não só para a valorização de obras que estavam realmente esgotadas ou esquecidas na memória da população, como também para proporcionar uma nova vida às letras piauienses, fazendo com que seus intelectuais se despertassem daquilo que Alberto Silva caracterizou de “pessimismo crônico”, favorecendo com que homens e mulheres ricos de imaginação e inteligência, mas pobres de recursos financeiros vissem publicados suas produções culturais. Para isso, contou com os serviços da Companhia Editora do Piauí- COMEPI, e da Editora Artenova, do Rio de Janeiro.

A quantidade de obras publicadas pelo Plano Editorial ao longo de todo o mandato do governador Alberto Silva (1971-1974) somaram trinta e três, sendo dezessete literárias e dezesseis históricas. No prelo ficaram apenas seis. É interessante destacar que todas estas obras publicadas trazem um prefácio realizado por Alberto Silva, bem como a cópia do decreto que criou a comissão para elaboração deste Plano.

As primeiras obras reeditadas pelo Plano Editorial de caráter literária e histórica foram respectivamente, a *Lira Sertaneja*, de Hermínio Castelo Branco e os quatros volumes das *Pesquisas para a História do Piauí*, de Odilon Nunes. Sobre estas Pesquisas, o Chefe do Executivo Estadual assim se pronunciou:

Agora, com justificada satisfação o Poder Executivo promove nova edição dos quatro volumes, - homenagem ao trabalho de real valor que vem desenvolvendo o Professor Odilon Nunes como historiador- e para tanto busca o arquivo e o documento, confronta as informações que nessas fontes se encontram, para dizer do que leu e do que considera verdadeiro. E, antes, já o fizera com suas obras 'Devassamento e Conquista do Piauí', 'O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento', 'Os primeiros currais', e 'Economia e Finanças (Piauí Colonial)', tornando, assim, o Professor Odilon Nunes, merecidamente, o autor mais divulgado pelo Plano Editorial do Piauí, criado em nossa administração. É certo que a nossa história ainda está na fase da caça ao documento – e em razão disto se torna necessário investir com a poeira e o silêncio dos arquivos. (SILVA, 1972, p. 1).

Das dezesseis publicações históricas, cinco foram destinadas á divulgação dos estudos desse pesquisador piauiense “que pela obra paciente, de relembrar o passado de um povo tão afravido [...] se coloca na vanguarda da historiografia estadual.” (TITO FILHO, 1987, p.2) Desta forma, admirado com o trabalho sério e responsável do historiador Odilon Nunes no que se refere ás pesquisas históricas levadas á efeito dentro da “poeira e do silêncio” do Arquivo Público do Piauí- Casa Anísio Brito, o governador não relutou em oferecer á ele essa oportunidade de verem seus estudados publicados e ainda de legitimar um discurso do que seria a “verdadeira” História do Piauí.

Diante de todo esse empenho governamental, o Professor Odilon Nunes se manifestou e agradeceu por estas importantes conquistas culturais em benefício da História e da Literatura do Piauí, pois bem sabia que publicar estudos sobre a história de qualquer lugar implicava lidar com jogos de poder (interesses conflitantes, intrigas, falsidades...) que estão acima do reconhecimento artístico, científico e cultural de um povo, pois de acordo com o que ele nos afirmou:

O quarto volume de Pesquisas seria publicado no governo de Helvídio se não fora a intromissão dum amigo que se tornara desleal. Mas seria no governo de Alberto Tavares Silva que muito me auxiliaria na reedição de minhas publicações da Econômica Piauiense e da segunda edição de Pesquisas. Pela primeira e última vez iria receber, por conta do Estado, graças à interferência de R. Wall Ferraz, então Secretário do Ensino [leia-se da Educação e Cultura], novecentos cruzeiros mensais, para prosseguir em minhas pesquisas que abrangeriam então o período republicano. Essa comissão perdurou por mais dum ano. Fiz farta coleta de

informações que estão anotadas em mais de dez cadernos de cem a trezentas páginas, pois após o término da comissão, continuariam as pesquisas. (NUNES, 1983, p. 15).

No entanto, apesar de ter conseguido publicar variadas e importantes obras relacionadas ao Estado do Piauí, o Plano Editorial não foi, segundo Armando Madeira Basto, diretor da Assessoria de Imprensa do Governo Alberto Silva, executado da forma como este o idealizou, haja vista que:

Poderia ter sido maior o resultado-eu sei. No começo- tudo são flores- gente muita prometeu ajudar-[...]. As colaborações não vieram, entanto- que penoso é o pesquisar, trabalhoso o escrever. [...] Na hora de unirem-se [...]. Fogem. Escapam. Escorregam. [...]. Palmilhou-se a estrada como foi possível [...]. As exceções, os titulares dela, vieram raros como são. Os livros começaram a sair das oficinas da imprensa oficial, despercebida para a tarefa, mas suprida de dedicação, de entusiasmo, de decisão de fazer. Os engenheiros de obra feita deram o ar de sua graça- o Plano Editorial não fora criado, o Conselho Estadual de Cultura fora marginalizado- tudo estava errado. Ah! Perfeccionistas, quanto vos deve, a vós, o Piauí! Montões de livros destes aos jovens, zelastes pela cultura, incentivastes as letras e as artes, mecenas sóis! (BASTOS, 1974, p. 32).

Mesmo consciente dessas críticas, não podemos nos esquecer de que este Plano Editorial foi uma das mais acertadas heranças que Alberto Silva proporcionou á elite intelectual piauiense, pelo fato deste ter conseguido atravessar gerações, deixando raízes mais profunda na cultura e na identidade de uma sociedade que se desejava moderna, refinada e culta, pois ao invés de oferecer apenas grandes obras arquitetônicas á sua população, isto é, obras efêmeras, que se acabam com o passar dos tempos, o engenheiro-governador bem sabia da força dos símbolos culturais e da História na perpetuação de bons sentidos e valores que representassem a piauiensidade.

Como podemos perceber os intelectuais, mais especificamente os historiadores, estão á serviço do poder político. Porém não são meros funcionários estatais, que trabalham para a legitimação da identidade de um povo, da imagem de um governante ou do status quo de uma região, como afirmavam as análises marxistas. A relação que existe entre intelectuais e autoridades políticas é muito mais complexa, pois aqueles sabem que podem:

modificar o tipo de mensagens que emitem sem que se altere sua condição de funcionário, e esta deriva de uma intransferível capacidade que procede de um campo que lhe é próprio e que dominam, pelo qual se lhes reclama serviços, que consiste no exercício das linguagens simbólicas da cultura. Não somente servem a um poder, como também são donos de um poder. Este inclusive pode embriagá-los até fazê-los perder de vista que sua eficiência, sua realização só se alcança se o centro do poder real da sociedade o apóia, lhe dá força e o impõe. (RAMA, 1985, p. 48)

Desta forma, acreditamos que um depende do outro para funcionar, o Estado controlando e manipulando as operações dos que detêm a pena da escritura, “inspirando seus princípios de concentração, elitismo, hierarquização” (RAMA, 1985, p.54) e os letrados agindo através de propagandas, ensaios, romances, poesias e história, para sustentar e justificar uma determinada ordem político-social que satisfaça o interesse da classe dominante. “São essas mediações, consubstanciadas em métodos e técnicas, que permitem a formação de um ‘saber’, malgrado as diferentes visões de mundo dos historiadores” (JANOTTI, 2007, p.122). Assim, por estarem ligados a um lugar social, isto é, a um grupo político, institucional ou privado, eles acabam construindo sua visão de mundo com base nesses interesses, influenciando os indivíduos na maneira como devem se relacionar com o Estado. Daí porque determinadas pesquisas acabam tendo maior visibilidade, e conseqüentemente, divulgação perante o poder estatal, como foi o caso, por exemplo, das obras históricas editadas pelo Plano Editorial, implantado pelo governador Alberto Silva (1971-1974).

REFERÊNCIAS

- BASTO, Armando Madeira. Frutos da Terra. In: *Revista Presença*. Ano I, n. 1, Teresina: maio 1974.
- CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Múltiplas e Singulares: História e Memória de Estudantes Universitárias em Teresina- 1930/1970*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.
- CARVALHO, Luana Pachêco Faria de. A INDÚSTRIA DA ILUSÃO: modernização, propaganda e migração na cidade de Teresina na década de 1970. In: *Anais do I Simpósio em História- História: um convite ao pensar*. ISBN: 978-85-61946-03-6. 2008.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- Diário Oficial*. Teresina, ano XLI, n.17, p.2, 28 jan. 1972.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. O Diálogo Convergente: Políticos e Historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos César de. (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- MARTINS, Agenor de Sousa. *Piauí: Evolução, Realidade e Desenvolvimento*. 3 ed. Teresina: Fundação CEPRO, 2003.

MONTE, Regianny Lima. *Teresina sob os anos de chumbo: as interfaces de uma modernização autoritária e excludente*. 2007. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação) – Curso de Licenciatura Plena em História, Universidade Federal do Piauí. 116f. 2007.

NUNES, Odilon. Casos e Causas da Historiografia Piauiense. In: *Revista Presença*. Ano IV, n. 9, Teresina: outubro/dezembro 1983.

PIAUI, Governador 1971-1974 (Alberto Tavares Silva). *Mensagem apresentada á Assembléia Legislativa em 1º de março de 1971*. Teresina, 1971.

PIAUI, Governador 1971-1974 (Alberto Tavares Silva). *Mensagem apresentada á Assembléia Legislativa em 1º de março de 1972*. Teresina, 1972.

RABELO, Elson de Assis. *A História entre Tempos e Contratempos: Fontes Ibiapina e a obscura invenção do Piauí*. . 2008. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 200f. 2008.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, Alberto Tavares. Povo e Consciência. In: NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. 2 ed. Teresina: COMEPI, 1972.

TITO FILHO, Arimatéia. Odilon Nunes. In: *Revista Impacto*. Ano I, n.8, Teresina: Nov. 1987.